

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULAÇÕES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques
UFRJ

RESUMO: O presente estudo – A Natureza da Revolução Burguesa Brasileira e o Processo de Modernização Dependente: a crítica florestiana – objetiva fazer uma resenha crítica da obra de Florestan Fernandes intitulada “A Revolução Burguesa no Brasil”, haja vista que consideramos a apreensão teórica desse escrito de suma importância para o entendimento da natureza da revolução nacional, do capitalismo dependente e da “autocracia burguesa”. Cabe reafirmar que a realização deste estudo se faz imprescindível, porque ainda estamos sob a égide burguesa no Brasil, então, precisamos conhecer e refletir sobre a nossa história para que possamos vislumbrar mecanismos de ruptura com esse padrão vigente que modula as políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Burguesa, Capitalismo Dependente, Políticas Sociais.

ABSTRACT: The present study - The Nature of the Brazilian Bourgeois Revolution and the Process of Dependent Modernization: Florestian critique - aims to make a critical review of the work of Florestan Fernandes entitled “The Bourgeois Revolution in Brazil”, considering that we consider the theoretical

apprehension of this written of great importance for the understanding of the nature of the national revolution, dependent capitalism and “bourgeois autocracy.” It is necessary to reaffirm that the realization of this study is indispensable, because we are still under the bourgeois aegis in Brazil, so we need to know and reflect on our history so that we can envisage mechanisms of rupture with this current pattern that modulates social policies.

KEYWORDS: Bourgeois Revolution, Dependent Capitalism, Social Policies.

1 | ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A NATUREZA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: A ÓTICA FLORESTIANA.

Florestan Fernandes (1975) teceu importantes interpretações sociológicas sobre a “Revolução Burguesa no Brasil”. Pois descreveu nessa obra citada acima, elementos importantes que nos auxiliam a caracterizar a natureza desse processo.

O supracitado autor aponta que no período entre o fim do Império e o começo da república já continha os germes do poder burguês e, por conseguinte da dominação burguesa. E, que é nesse lapso de tempo que ocorreu o processo de recomposição das estruturas de poder que

foi fundante para a instauração das bases do poder burguês. (FERNANDES, 1975, p. 203).

Ainda explicita que a burguesia brasileira não realizou nenhuma aliança com as classes populares para a instauração de seu poder, pelo contrário, a burguesia se aliou diretamente para o Estado e estabeleceu sua “unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica”. Tal pressuposto fomentou as bases para a transformação da sociedade brasileira (FERNANDES, 1975, p.205).

Revela que a consequência disso foi a constituição de um pacto entre a nova e antiga estrutura, no qual a aristocracia agrária conservou as suas bases e a oligarquia se sustentou no poder. Essa situação fez com que as tais frações da burguesia conservassem e mantivessem múltiplas interfaces com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país (FERNANDES, 1975, p.205).

Fernandes (1975) aponta que a burguesia nacional se comprometeu com as circunstâncias que lhe eram benéficas, assim, se adequou a influência modernizadora externa e aos requisitos ideais da ordem social competitiva.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais, e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações (Fernandes, 1975, p.204)

Mediante tais conjecturas, o estudioso supracitado assevera que a burguesia brasileira não se forjou como uma classe revolucionária, mas sim como “ultraconservadora” e “reacionária”, pois se utilizou da força e da violência para instituir seu poder assim como para realizar as suas reformas políticas e econômicas em prol dos interesses particularistas e externos (FERNANDES, 1975, p.207).

O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anula-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (FERNANDES, 1975, p.207).

Essa dupla associação fomentou a constituição de uma sociedade de classes dual e elitista, em que as classes dominantes rechaçam qualquer movimento oposicionista das classes trabalhadoras e tende a conciliar harmonicamente elementos tradicionais e modernos na sociedade.

Ainda, Fernandes (1975) anuncia que o processo de dominação burguesa e de transformação capitalista ocorrido no Brasil não foi idêntico ao ocorrido nos países centrais. Esclarece que as condições econômicas, políticas e sociais que engendraram a “revolução burguesa” na Inglaterra, França e Estados Unidos foram bem diferentes dos determinantes sócio-históricos e políticos que a ensejaram no Brasil. E que a base

de justificação para que tal processo ocorresse nas economias dependentes foi à necessidade do aprofundamento do capitalismo nos países centrais e, por conseguinte a ampliação de mercados e exportação de capitais (IBIDEM, 1975, p.291).

Explana que a Alemanha e o Japão não tiveram uma revolução burguesa clássica que tivesse concomitantemente um caráter democrático e nacional, como nos países centrais, mas a implementaram de cima para baixo – pelo alto - por meio da “via prussiana”, conforme nominou Lênin. Cabe destacar, que tal processo também foi analisado por Gramsci que o denominou como “revolução passiva”.

[...] burguesias mais ou menos débeis e articuladas a aristocracias poderosas ou a burocracias influentes conduziram a transformação capitalista a níveis igualmente altos, compensando o poder econômico, social e político da burguesia pela centralização política, como aconteceu, de formas distintas, na Alemanha e no Japão- e produziram grandes manifestações dos tempos modernos da civilização industrial moderna. (FERNANDES, 1984, p. 71)

No entanto, ao analisar as especificidades conjunturais do processo latino-americano, infere que a “Revolução Burguesa no Brasil” não se processou como um fato histórico, mas sim estrutural. Assim, esclarece a impossibilidade da ocorrência de uma revolução burguesa nos moldes das economias independentes, pois a estrutura econômica, política, social era diferente (IBIDEM, 1975, p.292)

Portanto, afirma que o processo de “dominação burguesa” e de “transformação capitalista” na sociedade brasileira não se erigiu de modo “clássico”, como nos países centrais, pelo contrário, ocorreu de modo “periférico”. Clarifica que essa condição de subordinação das economias periféricas é estrutural e não somente transitória.

Então, mediante isso destaca que a “periferia” tende a ser moldada e a possuir um padrão de acumulação diferenciada - dependente - que se articula com as economias capitalistas independentes. E explicita que tal mecanismo propiciou um “avanço na história”, pois permitiu o desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo nos países centrais (FERNANDES, 1975, p. 290).

[...] povos de origem colonial ou não partilharam dessa evolução do capitalismo, ficando à margem das verdadeiras vantagens dessa civilização, ou participaram dela como colônias, semicolonias e nações dependentes, o que gerou várias formas de desenvolvimento capitalista controlado de fora e voltado para fora, no sentido de que as estruturas e os dinamismos de suas economias e de suas sociedades estavam sempre nucleados a centros externos, que exerciam ou pelo menos compartilhavam do comando da exploração capitalista. Alguns desses países de origem colonial conheceram o não desenvolvimento, outros o subdesenvolvimento, e todos tiveram enormes parcelas da riqueza nacional transferida para o exterior, alimentando o esplendor do florescimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (ou no Japão). (Florestan, 1984:71).

2 | A REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE EM FLORESTAN FERNANDES.

Fernandes (1975) assinala que no Brasil a instauração da ordem competitiva não foi para todos. Pois se consistiu num processo de modernização capitalista que se deu em prol das classes dominantes. Por isso se justificou a necessidade da diversificação das classes sociais e, por conseguinte do incremento do trabalho livre, da expansão do espaço urbano e do assalariamento (IBIDEM, 1975, P.291).

Ressalta que a experiência do liberalismo clássico no Brasil se deu num momento de ascensão da classe trabalhadora e da ordem competitiva, em que a indústria se constituiu como outra fração da classe dominante e enfeixou o desenvolvimento econômico, que aconteceu em sintonia com os interesses externos (FERNANDES, 1975).

Nesse sentido, Fernandes (1975) ilumina que o desenvolvimento da indústria brasileira se deu diretamente associado aos interesses da burguesia internacional. Então, a partir desses pressupostos a burguesia nacional se associou ao Estado nacional e transferiu seus interesses para esse núcleo de poder, que passou a ser o indutor do processo de industrialização.

A constituição de um espaço de atuação das classes burguesas em nível político, econômico e social – o Estado – propiciou o incremento econômico e a apropriação “dual” do excedente econômico produzido pela classe trabalhadora pela burguesia nacional com vistas a retroalimentar a burguesia das nações capitalistas hegemônicas, por meio da exportação de capitais (IBIDEM, 1975).

Expõe que essa articulação com o capitalismo internacional fez com que se configurassem na sociedade brasileira um capitalismo de “padrão imperializado” e de natureza “dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, 1975, p.292).

Ainda situa que essa “dominação burguesa” deixou marcas que são perceptíveis nos países “*periféricos da economia capitalista dependente e subdesenvolvida*”. Dentre as quais, menciona: a concentração social da riqueza, o repasse do excedente nacional para os países capitalistas independentes e a formação de uma relação “subcapitalista de trabalho” que gerou “uma depressão medular do trabalho assalariado” (FERNANDES, 1975, p.293).

Ilumina que a concentração social da riqueza também explica a hipertrofia política, como as formas pré e subcapitalistas de trabalho e a depressão do trabalho assalariado.

E que a “Revolução Burguesa” na periferia se constituiu como um fenômeno político “restrito” porque a burguesia objetivou o controle das estruturas de poder político com o intuito de promover as mudanças econômicas necessárias para atender seus interesses (FERNANDES, 1975).

Fernandes (1975) cita que o principal interesse da burguesia nacional e internacional foi o de “[...] *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que*

a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem” (IBIDEM, 1975, p.294, grifos do autor).

Ademais, que a burguesia nacional para assegurar a sua sobrevivência e a do capitalismo se utilizou de mecanismos políticos inflexíveis e coercitivos. Portanto, se mostrou pouco democrática e se valeu da “violência institucionalizada” para defender seus “fins políticos particularistas” (FERNANDES, 1975, p. 296).

Desse modo, o supracitado estudioso ressalta que no Brasil a dominação burguesa se consubstanciou num “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”. Aclara que essa característica foi comum das formações dependentes, nas quais ocorreu a experiência da “Revolução Burguesa” sobre bases políticas autocráticas (FERNANDES, 1975, p.292-299).

Infere que houve “diferenças fundamentais” nesse processo de transformação capitalista que se sucedeu nos países periféricos ocidentais e que isso se deu por causa das condições sócio-históricas específicas de cada país (FERNANDES, 1975, p. 298).

Mas, que apesar disso, os traços estruturais e essenciais do capitalismo, presentes nas economias dos países centrais se repetiram no processo de modernização capitalista das formações dependentes, como por exemplo, a exploração, a mais-valia e a competitividade (FERNANDES, 1975, p. 299).

Florestan Fernandes (1975) ilumina que no Brasil a inter-relação da dominação burguesa com a transformação capitalista se intensificou na medida em que ocorreu o aprofundamento da ordem competitiva no país.

Em consequência, a relação campo e cidade foram redefinidas e o Estado passou a promover a gestão das relações no espaço urbano. Assim, destaca que a criação de um complexo industrial-financeiro alterou a dinâmica econômica, social e política das cidades brasileiras que passaram a assumir funções metropolitanas.

Assevera que a “metropolização e a satelização” fomentou a reorganização do espaço urbano e, por conseguinte uma maior concentração de recursos financeiros e de pessoas nas cidades (FERNANDES, 1975)

Relata que esse processo de modernização ocorreu tardiamente no Brasil, somente nos idos de 50, período em que se sucedeu a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Fernandes (1975) expôs que no Brasil a “Revolução Burguesa” consistiu num processo que conjugou o “desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa”. E aludiu que essa dupla articulação não criou apenas um modo de transformação capitalista, mas também uma maneira específica de dominação burguesa que se caracterizou como estrutural e funcional.

Assim, aponta que as medidas estatais adotadas para a efetivação desse processo dentro visavam mudanças dentro da ordem e objetivavam “o desenvolvimento acelerado” e a “revolução institucional”.

Deste modo, o autor supracitado explana que a revolução nacional se

consubstanciou numa “integração horizontal” em que a burguesia impôs seus interesses às demais classes de modo “coercitivo e legítimo”. Assim, a dominação burguesa não teve apenas uma ascendência socioeconômica, mas, sobretudo uma preponderância política – regulativa – pois acrescentou ao capitalismo dependente um aspecto defensivo e repressivo que se espalhou pelas instituições ligadas ao poder burguês, inibindo ou suprimindo qualquer reação oposicionista das demais classes sociais (FERNANDES, 1975, p.302, grifos do autor).

Fernandes (1975) destaca que esse “despotismo burguês” foi o elemento responsável pela “nítida separação entre *sociedade civil e Nação*. E ainda, que tal característica contribuiu para que a dominação burguesa fosse a única fonte de “poder político legítimo”, que se impôs como “ponto de chegada e de partida de qualquer mudança social relevante”. Assim como se constituiu em um óbice para qualquer tentativa de oposição às concepções burguesas vigentes (IBIDEM, 1975, p.304).

Ilustra que o capitalismo no Brasil associou “luxo poder e riqueza” ao lado da “extrema miséria, opróbrio e opressão”, sem que houvesse interlocução entre esses “dois mundos” compostos por classes socialmente antagônicas (FERNANDES, 1975, p.304).

Fernandes (1975) destaca que a dominação burguesa se erigiu a partir da estruturação três eixos centrais de ação: preservação e fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas a partir da promoção dos interesses da burguesia nacional e internacional; ampliação, aprofundamento e incorporação da economia brasileira na “comunidade internacional de negócios”; preservação, ampliação e unificação dos controles diretos e indiretos da máquina estatal pelas classes burguesas com fins “infundir ao poder burguês a máxima eficácia política” (IBIDEM, 1975, p. 304-305).

Desta maneira, o Estado Nacional se constituiu historicamente como um elemento central nesse padrão de dominação burguesa. Foi o lócus de poder e atuação da burguesia. Nos termos de Fernandes (1975), “[...] só ele, de fato, pode abrir às classes o áspero caminho de uma revolução nacional tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento” (IBIDEM, 1975, p.307).

Assim sendo, ressalta que na medida em que a burguesia incorporou seus interesses capitalistas internos e externos a esta instância máxima de poder, por conseguinte, forjou as condições ideais para moldar o Estado às suas preocupações coletivas particularistas e a gestação dos mecanismos políticos que silenciaram e excluíram as outras classes da luta pelo poder estatal (FERNANDES, 1975, p.308-309).

Explicita que a militarização das estruturas e funções do Estado nacional foi fundamental para o processo de legitimação do poder burguês no Brasil. E que a “contra-revolução burguesa” de 1964 e o sistema “autocrático” foram consequências inevitáveis dessa modernização capitalista tardia.

Por fim, Fernandes (1975) clarifica que em longo prazo a dominação burguesa

tende se refundir ou a se ajustar “[...] às pressões de baixo para cima e ao ‘*diálogo entre as classes*’, ou ela se condena a desaparecer ainda mais depressa” (IBIDEM, 1975, p.309).

Ademais destaca que a redefinição das relações sociais, a partir de uma perspectiva socialista, vai depender da correlação de forças presentes na sociedade. E que tal fato histórico pode ser concretizado se for protagonizado “como um devir” pelo proletariado das sociedades capitalistas dependentes (FERNANDES, 1975, p.366)

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A apreensão do estudo sociológico de Florestan Fernandes (1975) é de suma importância para que possamos refletir sobre a situação atual das políticas sociais brasileiras. Pois, os pressupostos políticos e normativos impostos pelos organismos multilaterais, pertencentes a Organizações das Nações Unidas (FMI, BIRD, OIT, UNESCO, UNICEF), influenciam e parametrizam as políticas sociais brasileiras.

As normativas e protocolos operacionais ditados por tais organismos internacionais substanciam a formulação das políticas sociais brasileiras e, por conseguinte determinam seu “modus operandis”. Mediante isso, tais orientações tendem a interpenetrar o cotidiano das instituições públicas e são interpretadas por alguns gestores e profissionais como “verdades absolutas” ou dogmas, que devem ser seguidos. Desse modo, a não criticidade de alguns atores institucionais corroboram para a construção de uma “linguagem institucional comum” que despolitiza os conflitos interclasses – entre capital e trabalho.

Silveira (2014) menciona que as agências multilaterais promovem esse “consenso” por meio do estabelecimento de mecanismos representativos, de negociação e participação social. Então, se aliam ao Estado e a instituições privadas de interesse público (ONGs, Fundações, entre outras) com vistas a intermediar a negociação dos recursos financeiros e impor a direção política e social dos serviços prestados (IBIDEM, 2014, p421-422).

A supracitada autora explana que tais organismos internacionais promovem o fomento da construção de espaços de representatividade, como por exemplo, Fóruns e Conferências com o intuito de promover a participação social. Porém, adverte que a ênfase na construção desses mecanismos de escuta e participação não visa à politização dos sujeitos, mas apenas a sistematização de informações e recomendações. Assim como, a elaboração de projetos assistenciais para a produção de dados e de pesquisas, que objetivam justificar a transferências de fundos e financiamentos a interesses privados (SILVEIRA, 2014, p.422).

Sem dúvida, a elegibilidade desses pressupostos internacionais para a conformação da política social brasileira refunda padrões de dominação burguesa. Na atualidade, os pressupostos políticos e éticos dessa relação de dominação – assentada na desigualdade – se espraiam em todas as dimensões da vida social. A associação

da burguesia externa a burguesia interna se dá em prol da construção de um projeto civilizatório “restrito”, que instaura padrões de “civildade e incivildade” (Telles, 2006).

Mediante esse cenário, se avolumam demandas de difícil solução para os assistentes sociais. Como assegurar o acesso aos direitos? Se a atual conjuntura política internacional e nacional promove o desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores, após varias lutas e embates. Como administrar e operacionalizar recursos institucionais escassos frente a crescente demanda de usuários em situação de “vulnerabilidade socioeconômica”? Cabe problematizar de que “vulnerabilidade” se está falando, uma vez que esse termo foi definido pelas agências multilaterais em seus documentos e, nos é repassado de modo irrefletido nos documentos normativos que dão legalidade as políticas assistenciais.

Por fim, diante desse cenário contemporâneo de impasses e desafios que arrebatam as políticas públicas brasileiras, se faz imprescindível revisitar a obra “Revolução Burguesa no Brasil”, pois ela nos faz refletir sobre os pressupostos teóricos fundantes da “revolução” e da “luta de classes”. Haja vista que a apreensão dessas categorias é de suma importância para se pensar em novos caminhos de ruptura com a dominação burguesa vigente.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **O que é Revolução**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

_____. **Entrevista Florestan Fernandes**. Brasília, 1983.

<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis>, acesso em 14/3/2015. (entrevistado por José Albertino Rodrigues da UFSCar).

SILVEIRA, Elizabeth Cristina Curvelo. **Messianismo e Cultura de Bem-Estar Social nas Nações Unidas: poder, violência e políticas públicas na construção da identidade onusiana**. Revista Políticas Públicas., São Luís, v. 18, n. 2, p. 415-424, jul./dez. 2014.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

